



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

CIDADE DE MAPUTO: PROCESSOS E DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS

Maputo City: contemporary processes and dynamic

Ciudad de Maputo: procesos y dinámicas contemporáneas

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v26.998>

Elmer Agostinho Carlos de Matos¹

Histórico do Artigo:

Recebido em 26 de outubro de 2023

Aceito em 16 de agosto de 2024

Publicado em 22 de agosto de 2024

RESUMO

A publicação dos dados do censo de 2017 oferece uma oportunidade de compreender a dinâmica da cidade de Maputo, 20 anos após a publicação do estudo desenvolvido por Araújo. Analisando os dados do censo, é possível compreender como cada uma das três (3) realidades da cidade (urbano, suburbano e periurbano) se configurou ao longo do tempo, enquanto permite atualizar (ou rejeitar) o "modelo de organização espacial dos espaços urbanos em Moçambique". Este é o principal propósito deste artigo, que parte de uma revisão bibliográfica das várias obras publicadas sobre a cidade de Maputo e, finalmente, se concentra na análise dos dados do censo de 2017. O estudo se apropria da divisão da cidade de Maputo desenvolvido por Araújo, tomando como base os indicadores de urbanidade (tipo de atividade econômica desenvolvido pelo chefe do agregado familiar, tipo de habitação, condições de abastecimento de água, saneamento do meio e densificação na ocupação do espaço), concluindo que atualmente a cidade se organiza em função de um processo de urbanização que congrega o modelo Ocidental de urbanização e o modelo local, refletido nas formas de resistência dos grupos sociais carentes, face a uma cidade que se apresenta excludente.

Palavras-Chave: Urbanização. Cidade de Maputo. Moçambique.

ABSTRACT

The publication of the 2017 census data provides an opportunity to understand the dynamics of Maputo City, 20 years after the publication of the study developed by Araújo. Analyzing the census data, it is possible to understand how each of the three (3) realities of the city (urban, suburban, and peri-urban) was configured over time, while allowing to update (or reject) the "model of spatial organization of urban spaces in Mozambique". This is the main purpose of this article, which starts from a bibliographical review of the various published works on the city of Maputo and, finally, focuses on the analysis of data from the 2017 census. The study appropriates the division of the city of Maputo developed by Araújo, based on the indicators of urbanity (type of economic activity developed by the head of the household, type of housing, water supply conditions, basic sanitation and densification in the occupation of space) and concluded that the city is currently organized according to a process of urbanization that brings

¹ Professor Auxiliar do Curso de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique.

Email: elmermats@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5586-3554>

together the Western model of urbanization and the local model, reflected in the forms of resistance of social groups in need of a city that is excluded.

Keywords: Urbanization. Maputo City. Mozambique.

RESUMO

La publicación de los datos del censo de 2017 ofrece una oportunidad de comprender la dinámica de la ciudad de Maputo, 20 años después de la publicación del estudio desarrollado por Araújo. Analizando los datos del censo, es posible comprender cómo cada una de las tres (3) realidades de la ciudad (urbano, suburbano y periurbano) se ha configurado a lo largo del tiempo, mientras permite actualizar (o rechazar) el "modelo de organización espacial de los espacios urbanos en Mozambique". Este es el propósito principal de este artículo, que parte de una revisión bibliográfica de las diversas obras publicadas sobre la ciudad de Maputo y, finalmente, se concentra en el análisis de los datos del censo de 2017. El estudio se apropia de la división de la ciudad de Maputo desarrollado por Araújo, tomando como base los indicadores de urbanidad (tipo de actividad económica desarrollado por el jefe del hogar, tipo de vivienda, condiciones de abastecimiento de agua, saneamiento del medio y densificación en la ocupación del espacio), concluyendo que actualmente la ciudad se organiza en función de un proceso de urbanización que congrega el modelo Occidental de urbanización y el modelo local, reflejado en las formas de resistencia de los grupos sociales desfavorecidos, frente a una ciudad que se presenta excluyente.

Palabras-chave: Urbanización. Ciudad de Maputo. Mozambique.

INTRODUÇÃO

A cidade de Maputo é produto de um processo histórico de enraizamento do sistema capitalista em Moçambique. Atualmente passa por transformações socioespaciais que precisam ser apreendidas, principalmente com a publicação dos resultados do último censo populacional e habitacional, realizado em 2017. Em 1997 a cidade aproximou-se dos um milhão de habitantes e, desde então, o seu crescimento foi bastante lento, tendo ultrapassado a barreira dos um milhão de habitantes no censo de 2007.

A massificação na ocupação da cidade inicia a partir dos anos de 1950, quando Portugal decidiu "consolidar" a sua presença no país. Este processo esteve associado ao fomento da imigração portuguesa e ao aumento dos investimentos em infraestruturas, com algum destaque para o sector imobiliário (MELO, 2013; JORGE; MELO, 2014). Oppenheimer e Raposo (2002) destacam as contribuições de algumas medidas implementadas por Portugal, no campo político e económico, nomeadamente: (i) as oportunidades de emprego (principalmente na indústria e no sector ferroviário); (ii) a redução na contratação de moçambicanos para trabalhar nas minas da África do Sul; e (iii) as reformas no sector agrário, associados ao fraco investimento nas áreas rurais. Estas medidas precipitaram o crescimento da periferia da cidade, consolidando o seu carácter dual. Apesar do avolumar de habitantes que passou a ocupar a periferia urbana, Melo (2013) refere que o Plano de 1952 ignorou a situação e encarou as duas realidades socioespaciais como distintas e com dinâmicas próprias, apesar de comunicantes.

A periferia urbana começou a registrar um crescimento populacional acima do incremento registrado na cidade colonial (MALOA, 2021). O processo de sua ocupação era anárquico, embasado na autoconstrução, já que as intervenções ao nível do Estado colonial eram marginais (JORGE; MELO, 2014; BAIA, 2011; MALOA, 2021). Com o alcance da independência, a cidade e a periferia foram tomadas pelos moçambicanos, que ocuparam os espaços abandonados pelos colonos (na cidade colonial) e na periferia densificaram as áreas próximas à cidade colonial. Como forma de melhorar a qualidade de vida da população que habitava a periferia, desprovida de equipamentos urbanos, o governo socialista decidiu construir cidades mais justas socioespacialmente. Autores como Melo (2013), Fernandes e Nascimento (2018) e Raposo *et al* (2012) reportam a implementação de algumas medidas, como: (i) a inclusão da cidade de caniço aos limites administrativos da cidade de Maputo (em 1979); (ii) a revogação dos anteriores planos de estruturas que concebiam a cidade de uma forma fragmentada; (iii) o incentivo ao processo de autoconstrução, com a atribuição, na cidade de Maputo e Matola, de um total de 14.400 talhões (entre 1975 e 1985); (vi) a instalação de infraestruturas e equipamentos sociais nos bairros periféricos; e (v) o reordenamento de alguns bairros, através de processos participativos e flexíveis.

As medidas implementadas não foram suficientes para reverter a situação de precariedade que caracterizava a cidade periférica, muito menos impediram o aumento da densificação da sua ocupação. As duas cidades tornaram-se focos de atracção de residentes rurais, principalmente devido: (i) ao esvaziamento da cidade de cimento, como consequência do abandono da população portuguesa e europeia; (ii) à abertura de novos postos de trabalho como resultado da reestruturação do aparelho administrativo do Estado e da nacionalização das várias empresas; (iii) à subvenção de produtos alimentares; (iv) ao avanço da guerra civil que afetava principalmente as áreas rurais; e (v) ao fracasso das reformas agrárias implementadas logo após o alcance da independência (OPPENHEIMER; RAPOSO, 2002; ARAÚJO, 2003).

A procura pela cidade (tanto a colonial como a periférica) agigantou-se, tendo alcançado uma taxa de crescimento médio de 22,2% entre os anos de 1970 e 1980, permitindo que a capital concentrasse cerca de 49% da população urbana (ou seja, mais de 750 mil habitantes²) (ARAÚJO, 2003). A gestão da cidade tornou-se insustentável em função dos poucos recursos financeiros disponíveis, o que motivou ao governo socialista a encontrar mecanismos que freassem o rápido crescimento populacional, implementando as “guias de marcha” e a “operação produção” (OPPENHEIMER; RAPOSO, 2002). Mesmo com a sua execução, as mesmas mostraram-se ineficientes e incapazes de

² Os dados da época incluíam, igualmente, a cidade da Matola.

alterar o fluxo migratório para a capital, permitindo que a cidade alcançasse, em 1991, mais de 1.200.000 habitantes (correspondendo a 47% da população urbana) (ARAÚJO, 2003).

Em 1999, Araújo, com base nos dados do censo de 1997, analisou a distribuição espacial da população e as formas diferenciadas de produção da cidade de Maputo. O autor verificou, no seu estudo, que a periferia da cidade havia se dividido em duas partes diferentes, adequando-se a um modelo dual, que concebe as cidades moçambicanas como tendo uma área de cimento (a urbana ou a cidade colonial) e área de caniço (a suburbana e a periurbana). O trabalho de Araújo (1999, 2002 e 2003) representa um avanço na compreensão das cidades moçambicanas, com destaque para a cidade de Maputo. Autores como Viana (2010), Raposo *et al.* (2012), Melo (2013), Jorge e Melo (2014), Fernandes e Nascimento (2018) e Ginisty (2020) concebem a cidade constituída por uma dualidade dialética, sendo uma a urbana (chamada de cidade do cimento ou a cidade formal) e a outra a periférica (a cidade do caniço ou a cidade informal). Apesar dessa diferenciação, todos estes autores reportam uma dessemelhança na periferia, recorrendo aos conceitos de bairros pericentrais e ultraperiféricos. Estas diferenciações já demonstravam que a periferia não era homogênea e que estava se transformando, reproduzindo processos próprios de um contexto espaço-temporal.

O trabalho realizado por Araújo (1999) consolida o processo de compreensão da dualidade urbana, a partir de alguns indicadores (tipo de atividade econômica desenvolvido pelo chefe do agregado familiar, tipo de habitação, condições de abastecimento de água, saneamento do meio e densificação na ocupação do espaço). A recorrência a estes indicadores permitiu ao autor elucidar, não só as desigualdades entre a cidade de cimento e a cidade de caniço, mas também a diferenciar a cidade de Caniço, já que não era homogênea, muito em função das dinâmicas socioeconômicas do pós-independência. Para Araújo (1999, p.179),

os bairros da área periurbana distinguem-se dos suburbanos, não por estarem na periferia dos limites administrativos da cidade, mas porque a densidade de ocupação residencial do espaço ainda é baixa e a atividade agrícola ainda está presente em todos eles ocupando áreas consideráveis, mas que vão diminuindo de ano para ano para dar lugar à construção de novas residências.

O trabalho desenvolvido por Araújo aponta para a existência de três realidades sócioespaciais diferentes. Esta leitura permitiu-lhe conceber o “modelo de organização espacial dos espaços urbanos em Moçambique”, publicado em 2003. Nos dois trabalhos (1999 e 2003), Araújo concluiu que as condições de vida dos moradores tendem a degradar-se do centro para a periferia, onde a área urbana é a que concentra os serviços sociais básicos, os equipamentos urbanos, edifícios de construção vertical e bairros planejados. Para a realidade da periferia, Araújo apresenta algumas diferenças entre o

suburbano e o periurbano, como descrito no quadro 1. No geral, as duas áreas são carenciadas em equipamentos urbanos e, a área periurbana é a extensão do rural à cidade.

Quadro 1: Principais características das áreas suburbanas e periurbanas.

Indicador	Área Suburbana	Área Periurbana
Características dos bairros	<ul style="list-style-type: none"> • Bairros não planejados, apresentando uma planta indiferenciada ou anárquica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Bairros planejados, alternados por ocupações espontâneas e por residências rurais dispersas.
Densificação da ocupação do solo	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada densificação da ocupação do solo, dificultando a circulação; • Falta de espaços para a implantação de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa densificação na ocupação do espaço; • Existência de espaço para a implantação dos serviços urbanos.
Construção de residência	<ul style="list-style-type: none"> • Construção horizontal, com predominância de material de baixo custo ou precário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção horizontal, alternando habitações com material durável e habitações com material precário.
Serviços sociais básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Existente, mas precários; • Dificuldade de encontrar espaço para a implantação de equipamentos urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistente ou se existente encontra-se em condições precárias; • Existência de espaço, mas devido a exiguidade de recursos, não existem os equipamentos urbanos.
Tipo de residentes	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupado principalmente por uma classe de trabalhadores pobres; • Existências de algumas unidades industriais; • Existência de graves problemas ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença significativa de população camponesa; • Persistência de atividades rurais.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Araújo (1999, 2003).

Os trabalhos desenvolvidos por vários pesquisadores que procuram entender as dinâmicas da cidade de Maputo, fazem-no tendo como base os dados censitários dos anos anteriores à publicação do último censo (2017). Para os que enveredaram por compreender a dinâmica urbana, fora dos dados censitários, o fizeram não discutindo as diferenciações ao nível das três (3) realidades sócioespaciais. A publicação dos dados do censo de 2017 oferece uma oportunidade de compreender a dinâmica da cidade, depois de 20 anos da publicação do estudo desenvolvido por Araújo (1999). Analisando os dados do censo, é possível compreender como cada uma das três (3) realidades se configurou ao longo do tempo, enquanto permite atualizar (ou rejeitar) o modelo desenvolvido por Araújo. Este é o principal propósito deste artigo, que parte de uma revisão bibliográfica das várias obras publicadas sobre a cidade de Maputo e, finalmente, se concentra na análise dos dados do censo de 2017. O estudo se apropria da divisão da cidade de Maputo desenvolvida por Araújo e toma como base os indicadores utilizados pelo autor. Contudo, nos associamos ao alerta levantado por Matos (2021) sobre os indicadores trabalhados por Araújo.

Os indicadores utilizados por Araújo e adotados nesta análise concebem a cidade numa perspectiva ocidental, o que pode não representar o tipo de cidade moçambicana. Contudo, considera-se oportuno trabalhar com os mesmos indicadores, mas ressaltando as cautelas que se deve ter na sua análise e na associação aos conteúdos da urbanidade. As atuais cidades moçambicanas, assim como a construção social de cidade predominante no país impele para a perfilhação desses indicadores como forma de compreender se os mesmos consolidam os conceitos de cidade e urbano adotados pelas instituições governamentais ou se se está caminhando na direção de concepção de formas alternativas de produção de cidade” (MATOS, 2021, p.113).

O artigo carrega consigo algumas limitações que Araújo (1999) enfrentou no estudo da cidade de Maputo, principalmente porque os dados publicados não se encontravam desagregados ao nível dos bairros. Para o presente estudo, o indicador tipo de atividade económica não se encontra desagregada ao nível do bairro, o que não permitiu analisar ao nível das três (3) áreas. Todavia, a informação macro que se tem poderá permitir compreender o comportamento para a cidade como um todo.

A CIDADE DE MAPUTO

A atual cidade de Maputo foi fundada em 1782, como uma feitoria e tinha o nome de Lourenço Marques. Em 1877 ascende a categoria de vila e a 10 de novembro de 1987 é declarada como cidade. Onze anos depois torna-se na capital da colónia portuguesa de Moçambique (MELO, 2013;

MALOA; NASCIMENTO JÚNIOR, 2018). Com o alcance da independência, em 1975, a cidade passou a ter a designação de Maputo, nome proveniente do rio Maputo (Figura 1).

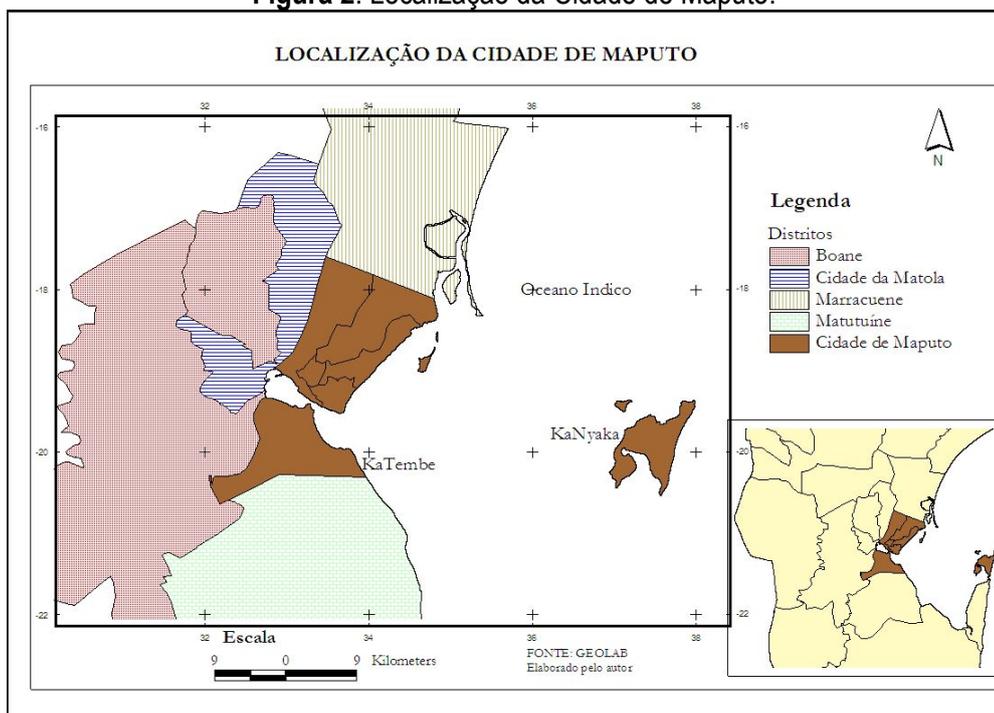
Figura 1: Vista parcial da cidade de Maputo.



Fonte: O autor.

A cidade localiza-se no Sul do país, na margem ocidental da Baía de Maputo (Figura 2). Administrativamente é considerada a 11ª província moçambicana e é constituída por 7 distritos municipais, nomeadamente: KaMpfumu, Nihamankulu, KaMaxaqueni, KaMavota, KaMubukwana, KaTembe e KaNyaka. Este último distrito é praticamente rural e é uma ilha. A cidade, excluindo o distrito de KaNyaka, conta com 60 bairros.

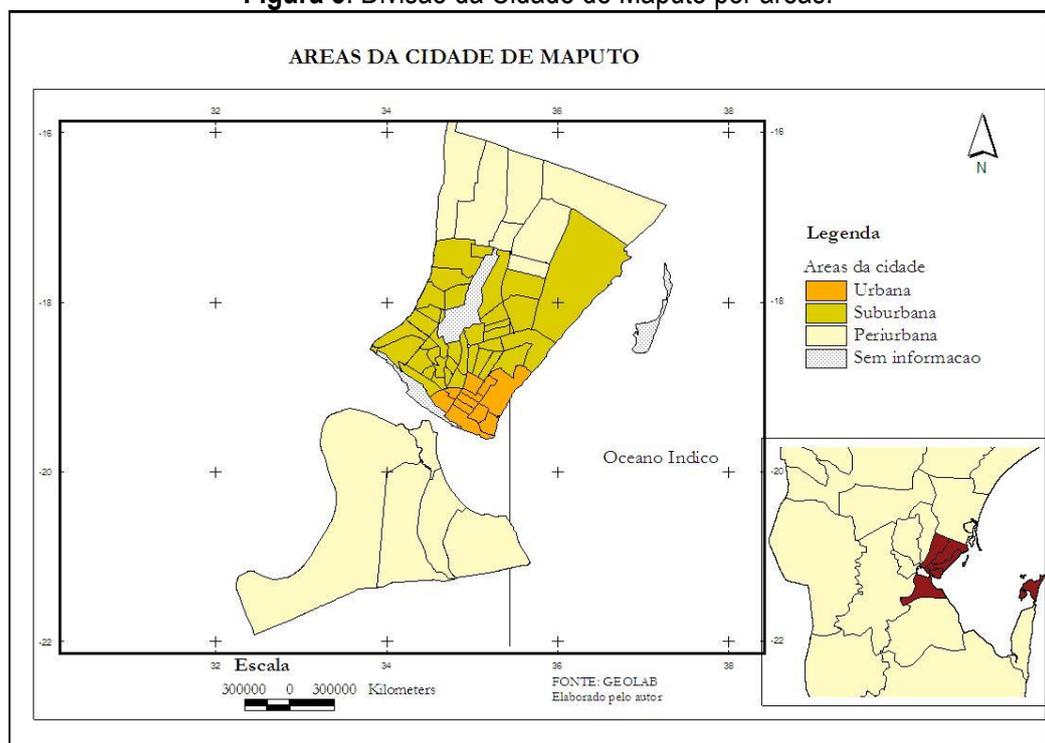
Figura 2: Localização da Cidade de Maputo.



Fonte: O autor.

Araújo (1999) destaca que foi a partir da reestruturação administrativa, realizada em 1986, que a cidade de Maputo anexou áreas rurais dos distritos vizinhos, com o principal propósito de disponibilizar espaço para a expansão da cidade. Esta ação resultou na criação de uma nova área, cujos bairros adotaram a designação de periurbanos, porque não apresentavam características urbanas. Para o autor "... população que num dia era considerada como rural e que vivia e agia como tal, no dia seguinte passou a ser urbana, sem que tivesse ocorrido qualquer transformação na ocupação do espaço, nas formas de produção, no comportamento e na economia familiar" (ARAÚJO, 1999, p.177).

Figura 3: Divisão da Cidade de Maputo por áreas.



Fonte: O autor.

O trabalho de Araújo (1999) permite compreender melhor as dinâmicas socioespaciais da cidade, a partir das três realidades. No exercício efetuado pelo autor, os distritos de KaTembe e KaNyaca foram excluídos, principalmente por serem espaços marcadamente rurais. Na classificação da cidade por áreas, o autor considera que os dois distritos fazem parte da área periurbana, por apresentarem características dessa área, mas ao trabalhar com os indicadores da urbanidade os desconsidera, labutando apenas com os cinco (5) distritos municipais. É provável que a escassez de informações teria condicionado a sua análise, mas também a localização geográfica terá influenciado na decisão de Araújo. Neste exercício, incluímos a KaTembe na análise, mas excluímos KaNyaca pelas mesmas razões. No entanto, consideramos que o exercício que pretendemos efetuar não ficará comprometido,

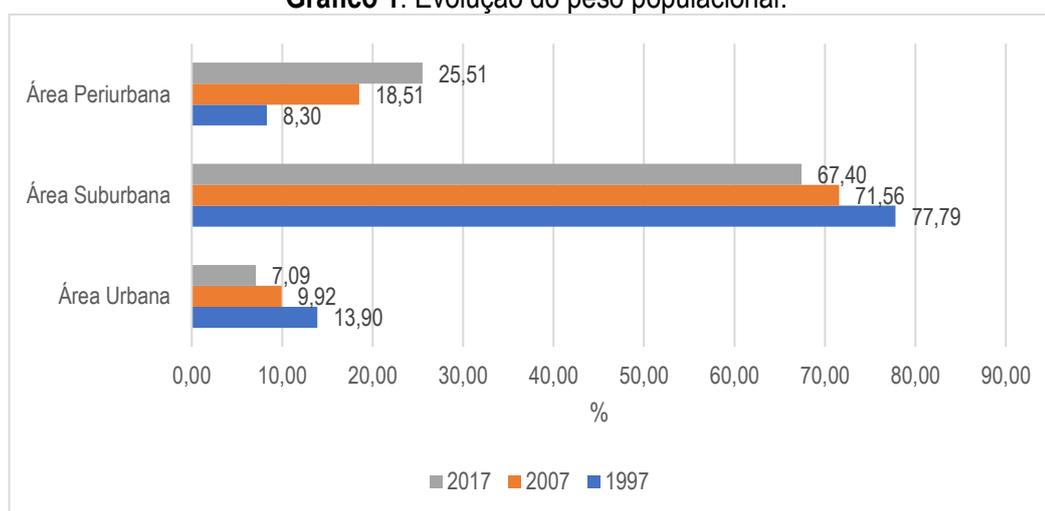
principalmente porque KaNyaka apresenta-se como um espaço rural e marginalizado nas ações de desenvolvimento do Município³.

A área urbana de Maputo coincide com o distrito de KaMpfumu, que conta com 11 bairro. É também chamada a cidade de cimento. A área suburbana conta com todos os bairros dos distritos de Nihamankulu e KaMaxaqueni e alguns bairros dos distritos de KaMavota e KaMubukwana. No total são 37 bairros. A área periurbana conta com todos os bairros da KaTembe e os restantes bairros dos distritos de KaMavota e KaMubukwana, totalizando 12 (Figura 3).

EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

O último censo populacional e habitacional mostrou que a população da cidade de Maputo está decrescendo. Depois de ultrapassar a barreira dos um milhão de habitantes em 2007, o censo de 2017 mostrou uma redução da população, contudo continuou a albergar mais de um milhão de habitantes. Ao nível das áreas constata-se um crescimento do peso percentual da população dos bairros da área periurbana e a redução do peso dos bairros da área urbana. Em 1997 a área periurbana concentrava menos de 8% da população da cidade. Em 2017 passa a concentrar 25% da população, ou seja, atualmente $\frac{1}{4}$ da população da cidade de Maputo vive nos bairros considerados periurbanos (Gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução do peso populacional.

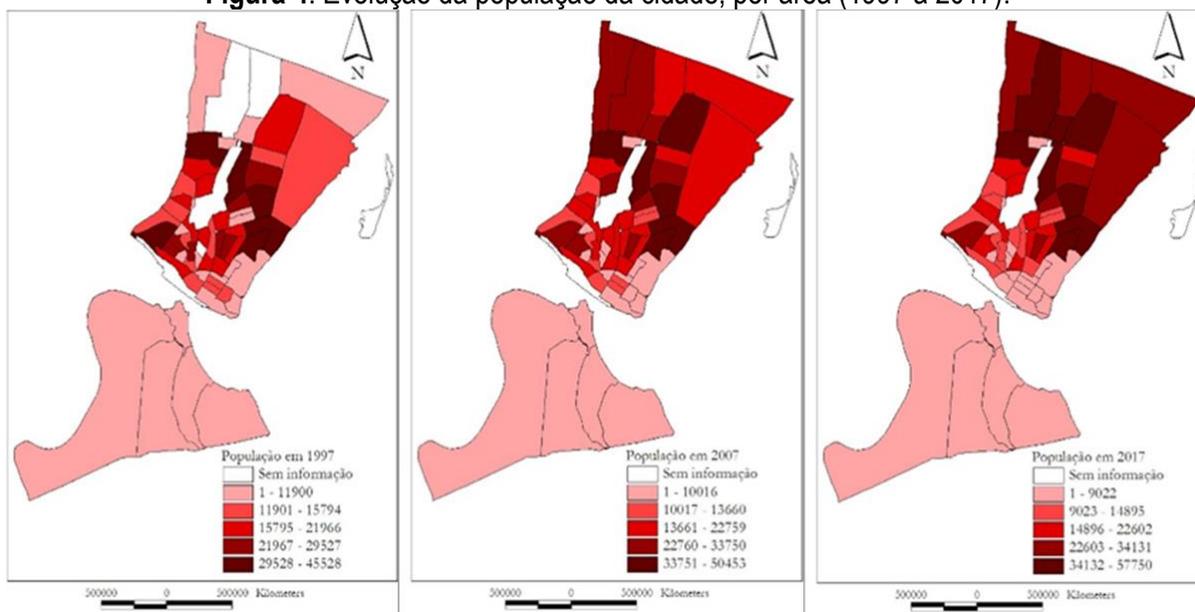


Fonte: INE (1999, 2010, 2019).

³ O distrito de KaNyaka ainda se encontra distante do poder público, com intervenções marginais e sem um plano de urbanização. A sua distância propicia o desenvolvimento desigual, já que a ligação deste à cidade é feito a partir de uma embarcação, que frequentemente avaria, dificultando a proximidade entre os dois espaços. O acesso ao distrito é precário e inseguro aos utilizadores.

Em 1997 apenas 15 bairros da cidade albergavam perto de 50% da população (47,43%). Desse grupo, apenas um (1) fazia parte da área periurbana, o bairro das Mahotas. Os restantes bairros pertenciam a área suburbana. Os cinco (5) bairros com maior concentração populacional eram: Polana Caniço A (4,73%), Ferroviário (4,30%), George Dimitrovo (4,12%), Hulene B (4,02) e Polana Caniço B (3,99%). Todos da área suburbana (Figura 4).

Figura 4: Evolução da população da cidade, por área (1997 a 2017).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INE (1999, 2010, 2019).

No censo de 2007 registou-se um aumento de bairros pertencentes a área periurbana na lista dos 15 bairros que acolhem metade da população da cidade (48,76%), são eles Mahotas, Magoanine C, Magoanine e Zimpeto. Os cinco (5) maiores bairros foram: Ferroviário (4,63%), Mahotas (4,35%), Polana Caniço B (4,27%), Polana Caniço A (4,22%) e Hulene B (4,19%). O único bairro da área periurbana que aparece numa posição destacável, demonstrando um crescimento gigantesco da sua população, é o bairro das Mahotas.

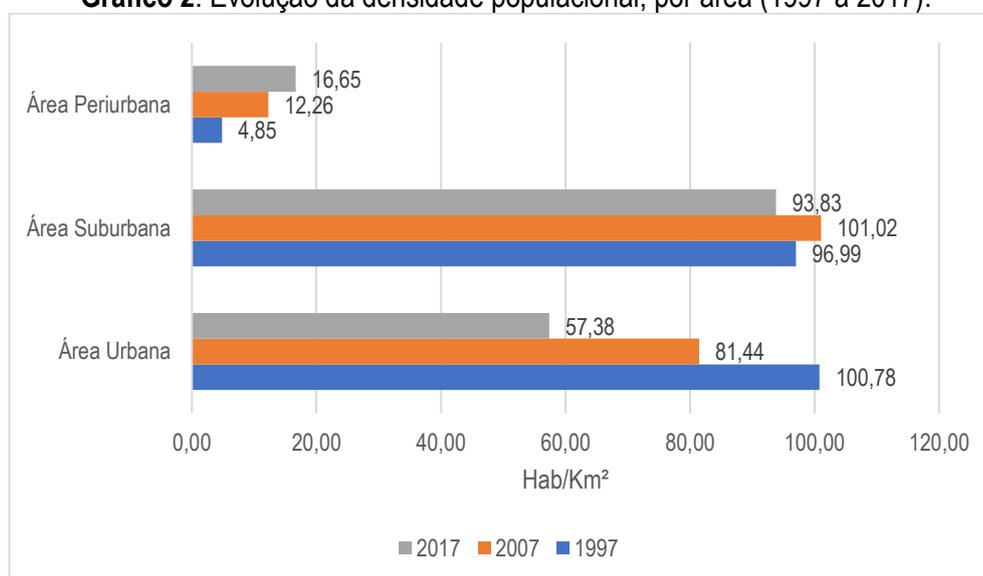
Em 2017, 14 bairros passam a concentrar metade da população da cidade (50,37%). Deste grupo, seis (6) pertencem a área periurbana, nomeadamente: Mahotas, Magoanine, Magoanine C, Zimpeto, Magoanine B e Albazine. Os cinco (5) maiores bairros são: Mahotas (5,38%), Ferroviário (4,72%), Hulene B (4,53%), Polana Caniço B (3,93%) e Magoanine (3,82%). Dois bairros da área periurbana participam do grupo dos bairros que concentram o maior número de residentes da cidade.

Ao longo deste percurso, constata-se que os bairros periurbanos se tornaram mais atrativos, passando a ser destino privilegiado de habitantes que querem construir a habitação própria. Estes bairros eram ocupados por habitações dispersas e apresentavam características rurais. Eram bairros desprovidos

de equipamentos urbanos e encontram-se física e socioeconomicamente distantes do centro da cidade. Com o passar do tempo, muitos destes bairros começaram a se beneficiar de significativos investimentos em infraestruturas rodoviárias e em investimento imobiliário público, o que favoreceu a sua valorização.

Apesar de registrar-se um aumento da população a residir nos bairros da área periurbana, o mesmo não significou um aumento excessivo das densidades demográficas. Analisando o Gráfico 2 percebe-se um aumento significativo da densificação populacional na área periurbana, que quadruplicou em 20 anos, passando de 4 habitantes por km² para 16 habitantes por km². Situação inversa registou-se na área urbana, onde observou-se um decréscimo significativo, perdendo quase metade dos habitantes por km².

Gráfico 2: Evolução da densidade populacional, por área (1997 a 2017).



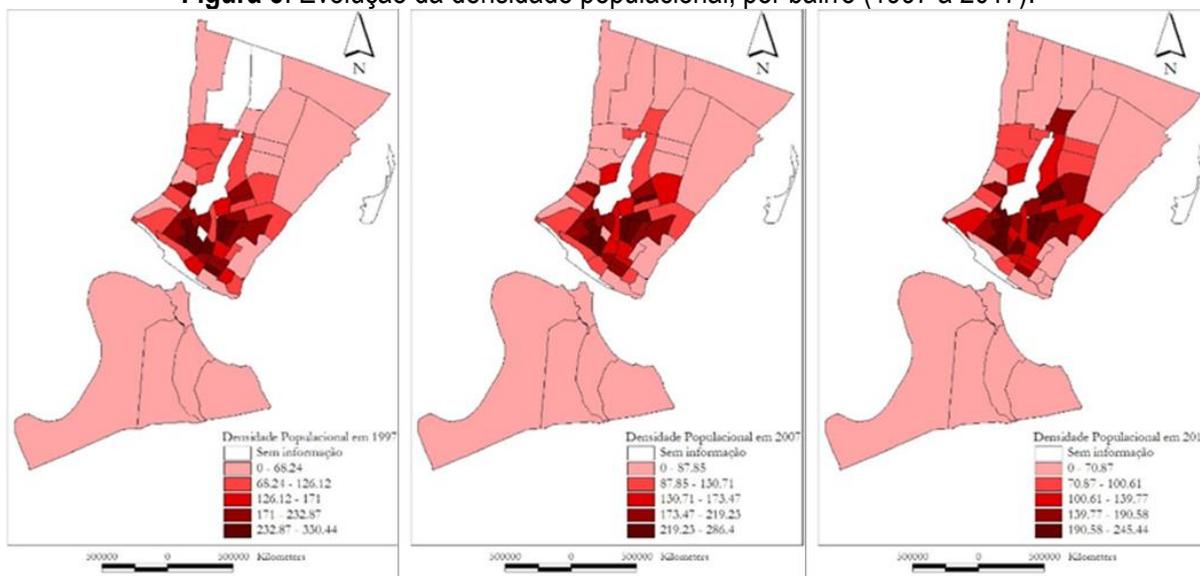
Fonte: INE (1999, 2010, 2019).

Analisando a evolução da densidade populacional por bairros, constata-se que os bairros mais próximos da área urbana, são os que apresentam as maiores densidades. Esta tendência teve muito pouca alteração ao longo do tempo (Figura 5). Em 1997, dos 15 bairros com as maiores densidades populacionais nenhum deles incluía os bairros da área periurbana. A tendência se manteve em 2007. A principal constatação verificada neste período foi a redução do número de bairros pertencentes a área urbana, ou seja, em 1997, dos 15, quatro (4) bairros pertenciam a área urbana. Em 2007 o número caiu para um (1). Foi no censo de 2017 que um bairro (Magoanine⁴) da área periurbana introduz-se no grupo

⁴ Em 1997 apenas existia o bairro de Magoanine, com uma área de 22,58 km². Em 2007 o bairro aparece dividido em três bairros, nomeadamente Magoanine, Magoanine B e Magoanine C. O bairro de Magoanine ficou com uma área de menos de 10% do total.

dos 15. É, igualmente, neste censo que o único bairro da área urbana (bairro Central B) saí do grupo dos 15.

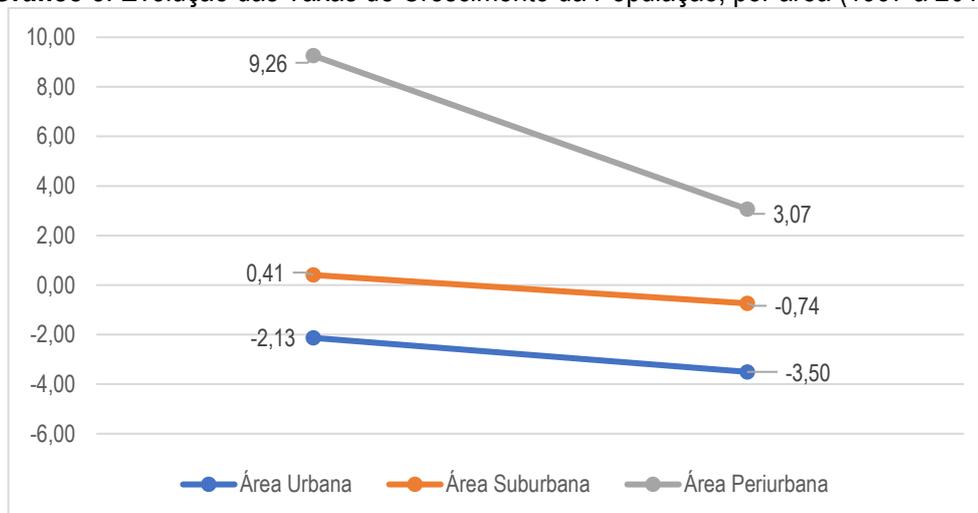
Figura 5: Evolução da densidade populacional, por bairro (1997 a 2017).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INE (1999, 2010, 2019).

Os dados do censo de 2017 mostram que nos últimos 10 anos a taxa de crescimento da população foi negativa. Esta taxa de crescimento negativa é fortemente influenciada pelas áreas urbanas e suburbanas que vêm perdendo população. De acordo com o Gráfico 3, verifica-se que a área periurbana, apesar de registrar um decréscimo nos dois períodos, é a que apresentou taxas de crescimentos positivas, com o pico do crescimento a ser alcançado no período de 1997-2007.

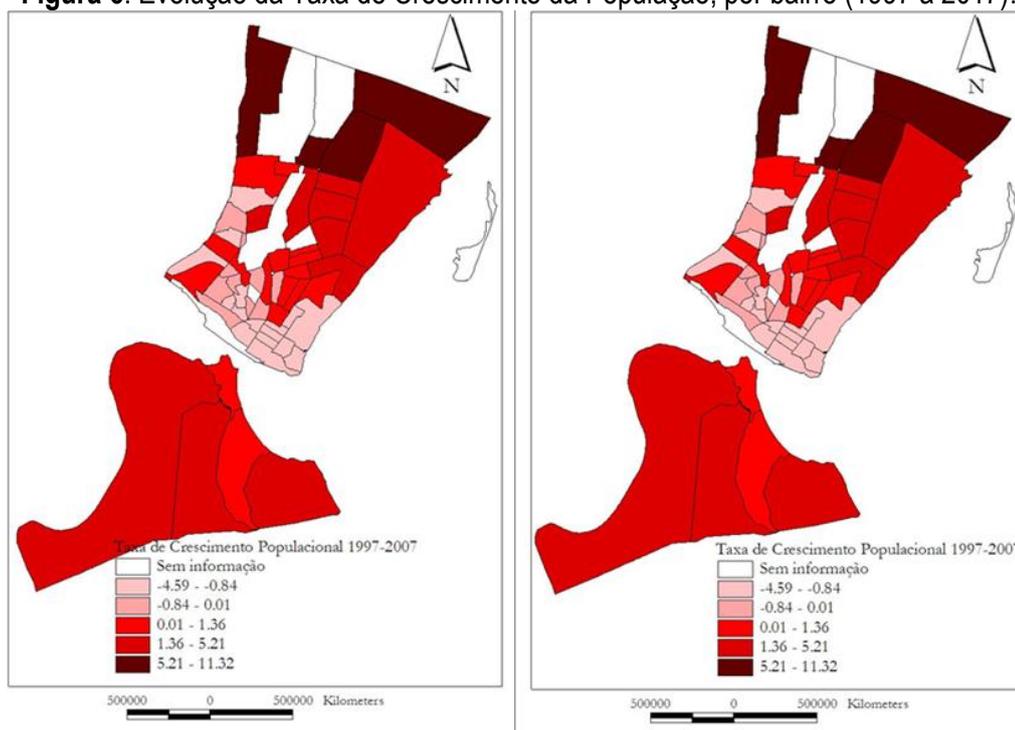
Gráfico 3: Evolução das Taxas de Crescimento da População, por área (1997 a 2017).



Fonte: INE (1999, 2010, 2019).

No período de 1997 a 2007, dos 10 bairros que tiveram as maiores taxas de crescimento populacional, apenas três (3) não fazem parte da área periurbana, são eles: 25 de Junho B, Polana Caniço B e Laulane (Figura 6). Os restantes são bairros da área periurbana e cinco (5) destes apresentaram taxas de crescimento que variaram de 5,21 a 11,32. São eles, Albazine (11,32), Magoanine (8,61), Mahotas (8,00), Zimpeto (7,90) e Chamissava (5,21).

Figura 6: Evolução da Taxa de Crescimento da População, por bairro (1997 a 2017).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INE (1999, 2010, 2019).

No período seguinte (2007-2017), dos 10 bairros com as maiores taxas de crescimento, apenas dois (2) não fazem parte da área periurbana, nomeadamente Costa do Sol e Munhuana. Dos cinco (5) bairros com maiores taxas de crescimento, que variam de 5,0 a 7,84, destacam-se: Chamissava (7,84), Costa do Sol (6,04), Albazine (5,14), Magoanine B (5,04) e Munhuana (5,0). Importa realçar dois aspetos importantes neste processo, que são: (i) a manutenção de dois bairros nos dois períodos, Albazine e Chamissava, ambos da área periurbana; e (ii) a presença do bairro da Munhuana, que se localiza próximo da área urbana e, na sua área, com a exceção do bairro Costa do Sol, todos os outros tiveram taxas de crescimento negativas. Importa lembrar que no censo de 1997 este bairro não existia.

OS INDICADORES DE URBANIDADE

Como referido na introdução do artigo, a definição das três áreas por Araújo (1999; 2003) tem como base alguns indicadores considerados importantes para a sua interpretação, permitindo compreender o tipo de urbanização que se caminha, na acepção de Matos (2021). A dificuldade enfrentada por Araújo (1999) para fazer a sua análise, ao nível das três áreas, prendeu-se com a desagregação dos dados por bairro. Não sendo possível, Araújo analisou tendo como base os distritos municipais, que em parte têm uma relação com as três áreas, o que lhe permitiu fazer a inferência. Para a presente análise, foi possível obter os dados do censo de 2017 desagregados ao nível dos bairros, com exceção para o indicador da atividade económica, que será analisado a partir dos distritos municipais. Apesar deste constrangimento, as análises permitirão efetuar um estudo comparativo com o que foi apresentado por Araújo (1999).

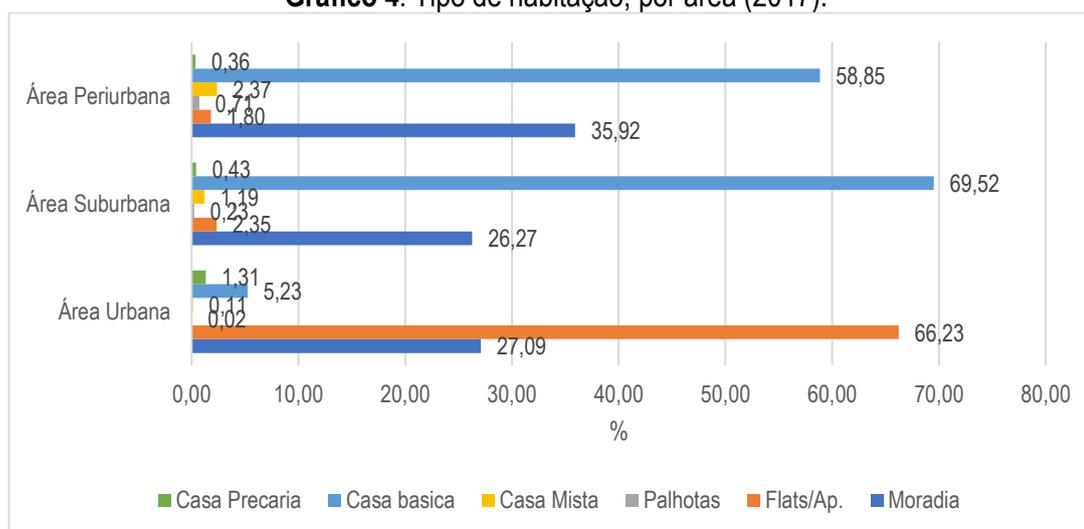
Tipo de habitação

De uma forma geral, assume-se que o apartamento/flat ou a moradia são a melhor ilustração da urbanização, representando a modernização dos espaços. Ao contrário, temos a palhota⁵ que representa o modelo de habitação tradicional. É o tipo de habitação característico do mundo rural moçambicano.

Em 1997 perto de 20% da população residente na cidade vivia em habitações do tipo palhota. Os percentuais eram mais altos nos distritos de KaMavota e KaMubukwana, onde mais de ¼ da população residia em palhotas (Araújo, 1999). Em 2017 a palhota, como um tipo de residência, quase que desapareceu da cidade, representando menos de 0,40% (Gráfico 4).

A área urbana é dominada por habitações do tipo Flats/Apartamentos, seguido da moradia. Para as restantes áreas, apesar de relativas diferenças, a maior parte da população vive em habitações do tipo casa básica. De acordo com o INE (2017, p.72) a casa básica “é um tipo de unidade habitacional que só tem quarto(s) e não tem banheiro nem cozinha, sendo construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/laje de betão). Inclui-se nesta categoria o conjunto de quartos geminados (casa comboio) que utilizam os mesmos serviços (banheiro, cozinha e água)”. Este tipo de habitação não é precário, mas também não é uma casa que oferece as melhores condições de comodidade.

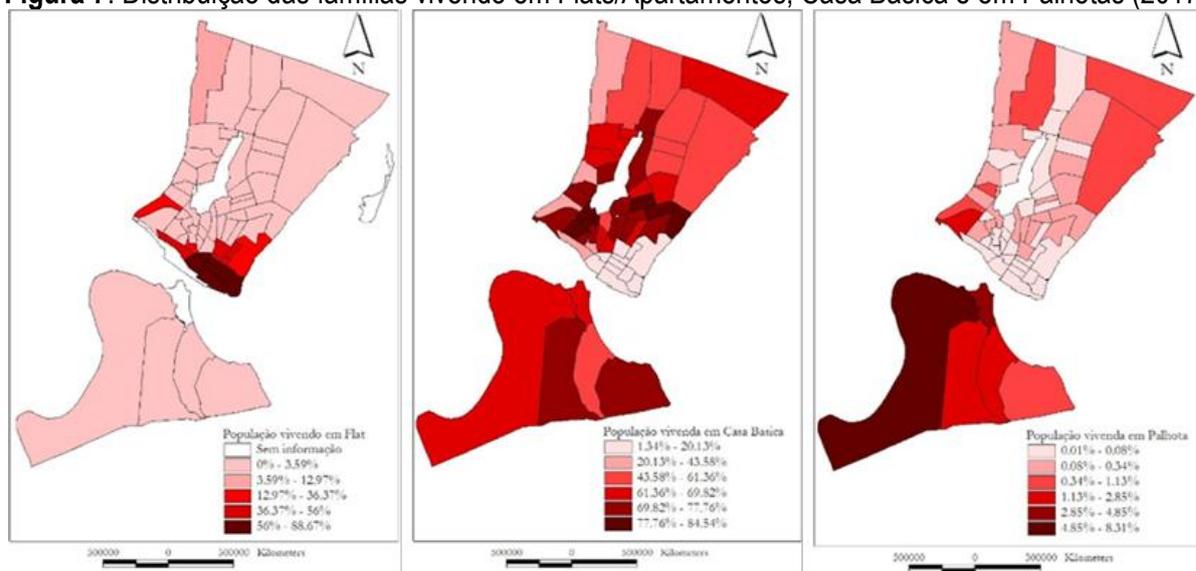
⁵ Palhotas são habitações construídas com material de origem predominantemente vegetal, como caniço, capim, palha, palmeira e bambu.

Gráfico 4: Tipo de habitação, por área (2017).

Fonte: INE (2019).

Ao nível dos bairros, constata-se que cinco (5) apresentam percentuais significativos de famílias residindo em habitação do tipo palhota. A maioria destes bairros localizam-se no distrito da KaTembe, nomeadamente: Incassane (8,31%), Guachene (4,85%), Chamissava (2,85%) e Chali (1,50%). Luís Cabral (1,77%) é o único bairro localizado fora do distrito da KaTembe (Figura 7). A presença significativa de palhotas na KaTembe está relacionada com a sua urbanização tardia. Com a melhoria de infraestruturas rodoviárias e o início da construção da ponte Maputo-Katembe, iniciou-se um processo de especulação fundiária, que implicou na substituição da palhota por habitações construídas com material convencional. Em relação ao bairro Luís Cabral e Guachene, a presença significativa de famílias residindo em palhotas pode estar relacionada com o facto de parte da área dos bairros localizar-se em áreas propensas a inundações, o que as torna menos atrativas e conseqüentemente torna-se num espaço de refúgio das famílias carentes da cidade.

Figura 7: Distribuição das famílias vivendo em Flats/Apartamentos, Casa Básica e em Palhotas (2017).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INE (1999, 2010, 2019).

Todos os bairros da área periurbana, com exceção do bairro do Zimpeto, fazem parte do grupo dos 39 bairros que possuem menos de 1% dos seus agregados familiares a residirem em flats/apartamentos. O bairro do Zimpeto se distancia da sua área, apresentando cerca de 13% da sua população residindo neste tipo de habitação (Figura 7). Este distanciamento pode ser explicado pelos investimentos que iniciaram em finais da primeira década do século 21, com a construção da Vila Olímpica e das infraestruturas associadas (Figura 8). Estes investimentos alteraram substancialmente os conteúdos do bairro e, conseqüentemente, da paisagem.

Figura 8: Vila Olímpica, construída no bairro do Zimpeto – área periurbana.



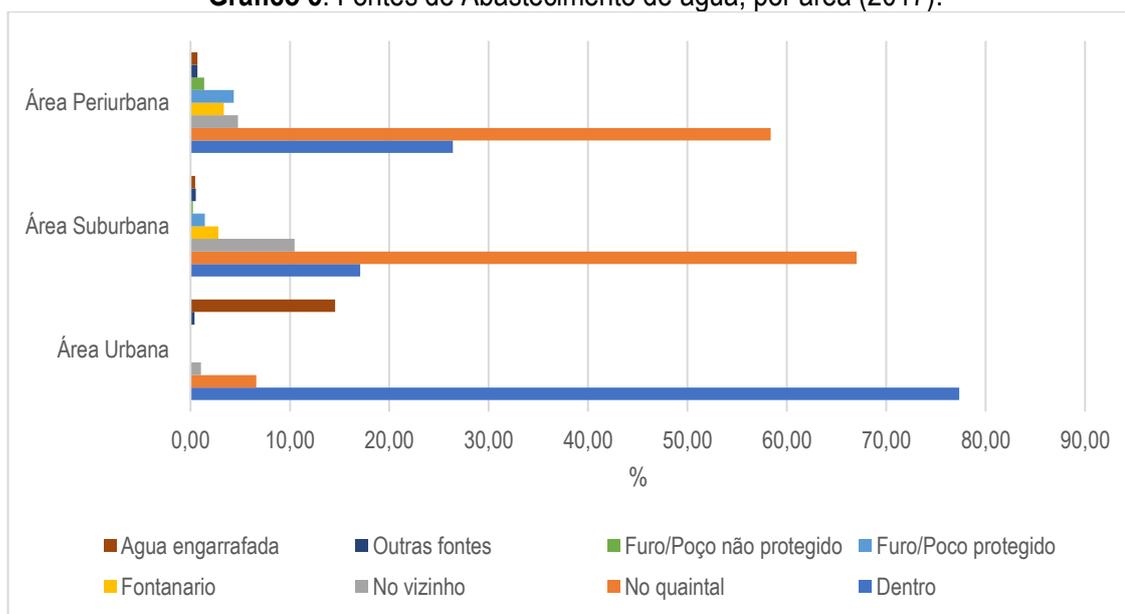
Fonte: O autor

Acesso a água potável

A grande preocupação no acesso a água não é se as famílias têm ou não acesso, mas sim as formas de acesso. Essas formas variam, muito em função da sua localização e da condição económica. O estudo desenvolvido por Araújo (1999) demonstrou que mais de metade da população da cidade recorria a formas alternativas, muitas delas fora do padrão urbano ocidental, que se materializa na água encanada. Matos (2021) refere que essas formas alternativas de acesso, que se consolidam nos espaços urbanos moçambicanos, é reflexo de um modo próprio de construção da “cidade moçambicana”, em que as famílias carenciadas encontram caminhos, como: (i) a recorrência à torneira do vizinho ou (ii) a construção de furos/poços individuais ou coletivos. Uma outra possibilidade é a ação do poder público, a partir da instalação de fontanários.

A área urbana, onde está instalada a rede pública de abastecimento de água, construída durante o período de colonização, é a que melhor se posiciona no acesso físico (e muitas vezes económico) a água, sendo que mais de 77% da população se beneficia de água encanada e perto de 15% dos agregados familiares recorrem a água engarrafada (Gráfico 5). Para as outras duas áreas, constata-se que as famílias recorrem à torneira localizada no quintal. Esta forma de abastecimento de água está relacionada com os custos que a canalização no interior envolve, assim como com o tipo de habitação que muitas dessas famílias possuem, que não favorece o investimento de uma canalização no seu interior, por estar, permanentemente, em construção.

Gráfico 5: Fontes de Abastecimento de água, por área (2017).

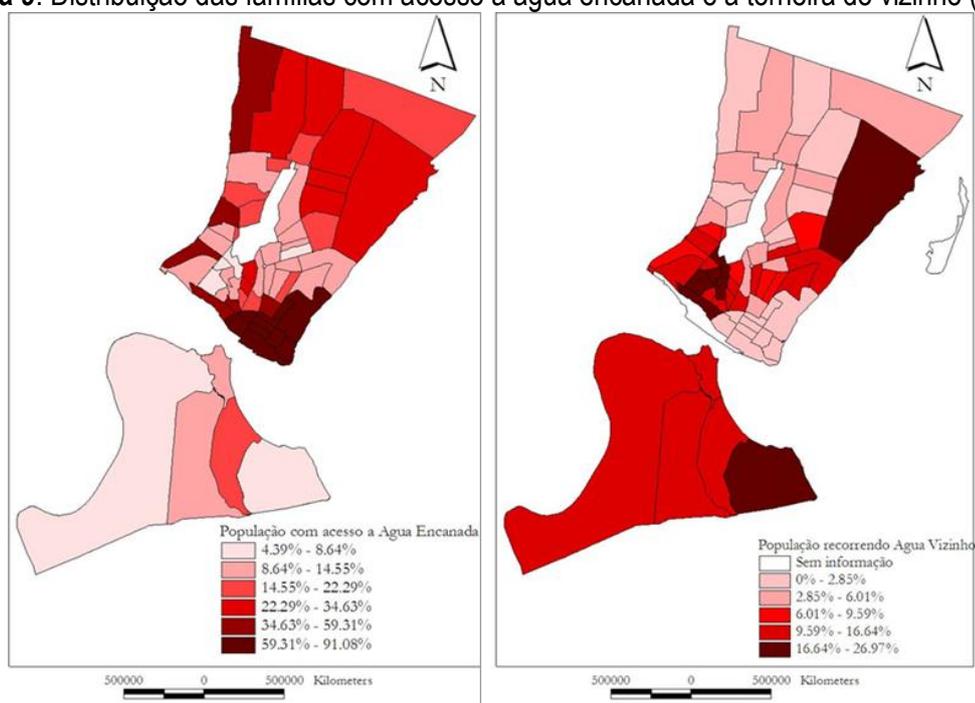


Fonte: INE (2019).

O fontanário, que em 1997 abastecia a mais de $\frac{1}{4}$ da população da cidade, hoje encontra-se quase em extinção, beneficiando a menos de 3% das famílias. A presença de fontanários como uma alternativa viável para a população estava relacionada com as iniciativas de investimentos do Estado socialista, baseada nos ideais comunistas de partilha e gestão comum. Funcionaram por algum tempo, mas com a consolidação do Estado neoliberal, acrescidos da consolidação do individualismo e de processos de gestão pouco transparentes, precipitaram a sua extinção.

O desaparecimento do fontanário coincide com o crescimento da recorrência das famílias à torneira do vizinho. Esta modalidade de abastecimento de água era condenada pela empresa pública de abastecimento de água, que considerava ser um negócio clandestino⁶. Atualmente esta modalidade apresenta-se como uma alternativa viável, muito em função das inovações do serviço pré-pago e da redução e controle das ligações clandestinas. Esta modalidade se destaca na área suburbana, abastecendo a pouco mais de 10% das famílias. É nesta área, onde dada as formas de ocupação anárquica do espaço, torna-se dispendiosa a implantação da infraestrutura necessária e é habitada por população de renda baixa.

Figura 9: Distribuição das famílias com acesso a água encanada e a torneira do vizinho (2017).



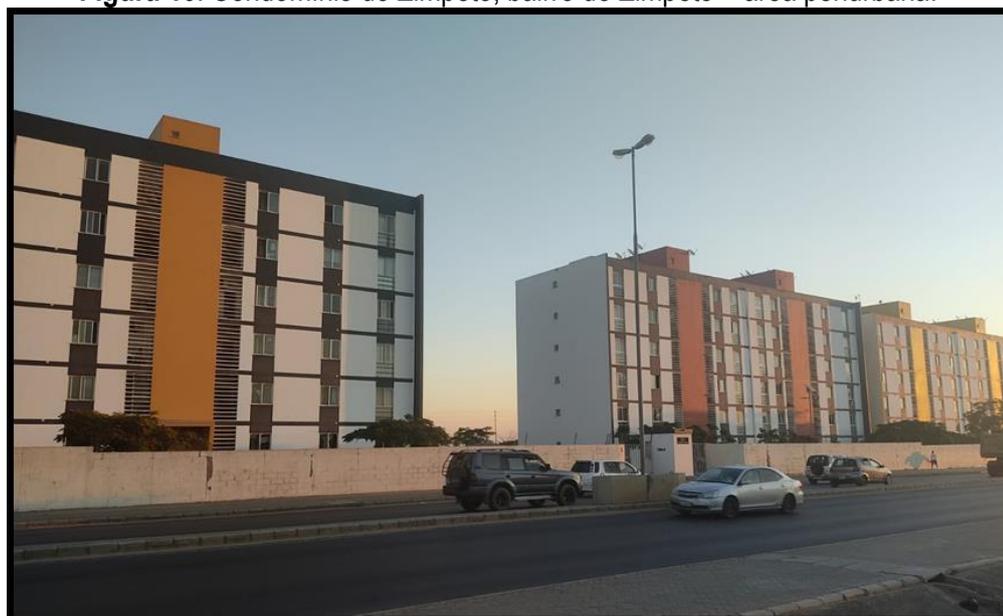
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INE (1999, 2010, 2019).

⁶ O trabalho Ginisty (2020) mostra a atuação da empresa pública nos bairros suburbanos com vista a combater a obtenção da água a partir da torneira do vizinho. Igualmente demonstra a importância que esta modalidade de acesso a água tinha para as famílias mais carenciadas desses bairros.

Os bairros que compõem a área periurbana apresentam um percentual significativo de habitações com água encanada (Figura 9). Estes percentuais podem estar associados ao facto de ser uma área em que o Município teve condições de fazer intervenções de parcelamento e ordenamento de sua ocupação, o que permite que se implante a rede de abastecimento de água. É uma área em que dado os investimentos tardios da empresa pública, aliados a uma intervenção seletiva, permitiu a proliferação de Operadores Privados que prestam o serviço. São, igualmente, bairros em que parte significativa dos residentes apresentam melhor condição financeira, permitindo-lhes arcar com o investimento.

Dos 16 bairros com mais de 40% dos seus residentes a beneficiarem-se de água encanada, constata-se que apenas um (1) pertence a área periurbana (Zimpeto) e quatro (4) são da área suburbana (Malanga, Jardim, Chamanculo A e 25 de Junho A). Estes últimos são bairros em que parte da sua extensão se beneficiou de planos de urbanização realizados no período colonial. O caso de Zimpeto pode estar relacionado com os investimentos na construção de condomínios fechados que atendem a uma população de renda média e alta (Figura 10). Autores como Melo (2013) e Jorge e Melo (2014) referem que as transformações significativas do bairro do Zimpeto iniciaram com a aprovação do Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM) de 2008, que definiu Zimpeto como uma nova centralidade, a partir de investimentos públicos em parceria com o sector privados, seguindo a lógica neoliberal.

Figura 10: Condomínio do Zimpeto, bairro do Zimpeto – área periurbana.

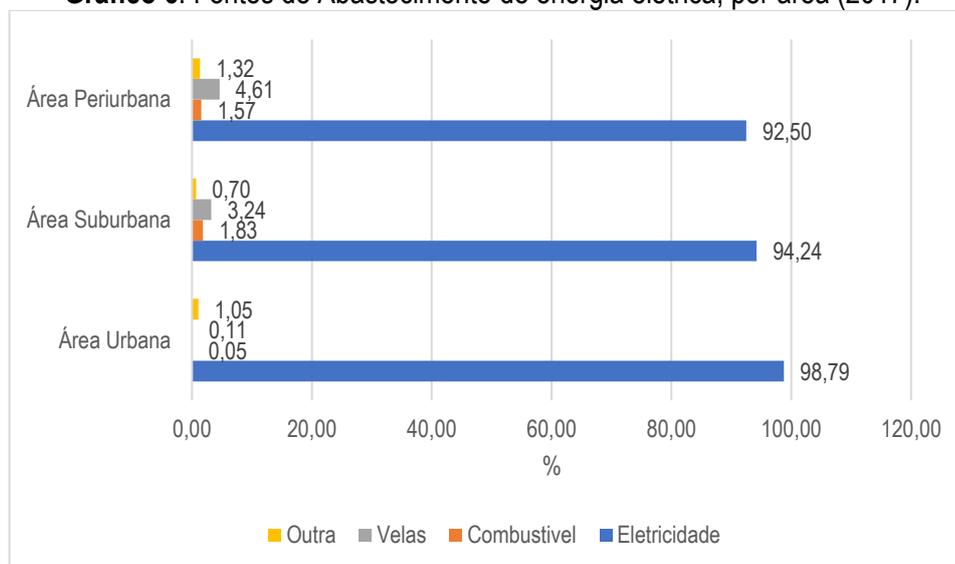


Fonte: O autor.

Acesso à energia

O trabalho de Araújo (1999) mostrou que cerca de 60% dos domicílios na cidade de Maputo não se beneficiavam de eletricidade. O último censo evidencia que o acesso a eletricidade aumentou significativamente, alcançando 95% das famílias. Contudo, as diferenças ao nível das áreas são evidentes, sendo que 99% da população residente nos bairros da área urbana têm eletricidade, enquanto para a área periurbana o percentual não atinge os 93% (Gráfico 6).

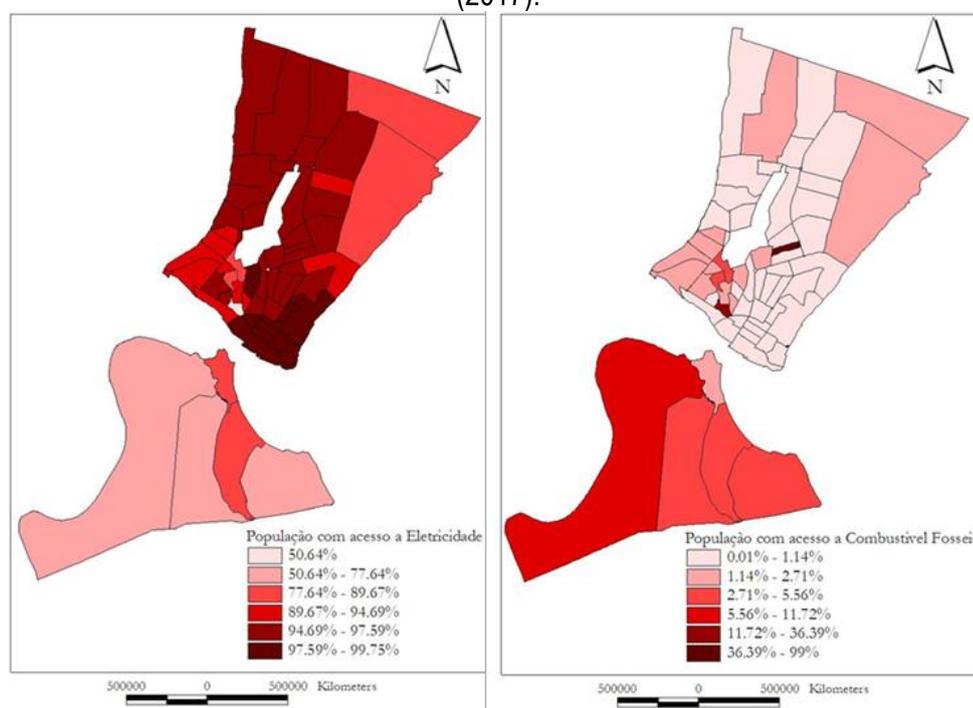
Gráfico 6: Fontes de Abastecimento de energia elétrica, por área (2017).



Fonte: INE (2019).

Ao nível dos bairros, constata-se que todos os bairros do distrito KaTembe estão no grupo dos 10 bairros que apresentam níveis de cobertura dos serviços de abastecimento de eletricidade abaixo dos 90%. Dos 10, seis (6) pertencem a área periurbana e os quatro (4) a área suburbana. O bairro de Chamanculo A é o que se destaca com a mais baixa cobertura de eletricidade, beneficiando a apenas 50% das famílias residentes (Figura 11). Esta é uma situação estranha, já que este bairro apresenta parte significativa do seu espaço urbanizado, processo que decorreu no período colonial.

Figura 11: Distribuição das famílias com acesso a eletricidades e as recorrem aos combustíveis fósseis (2017).

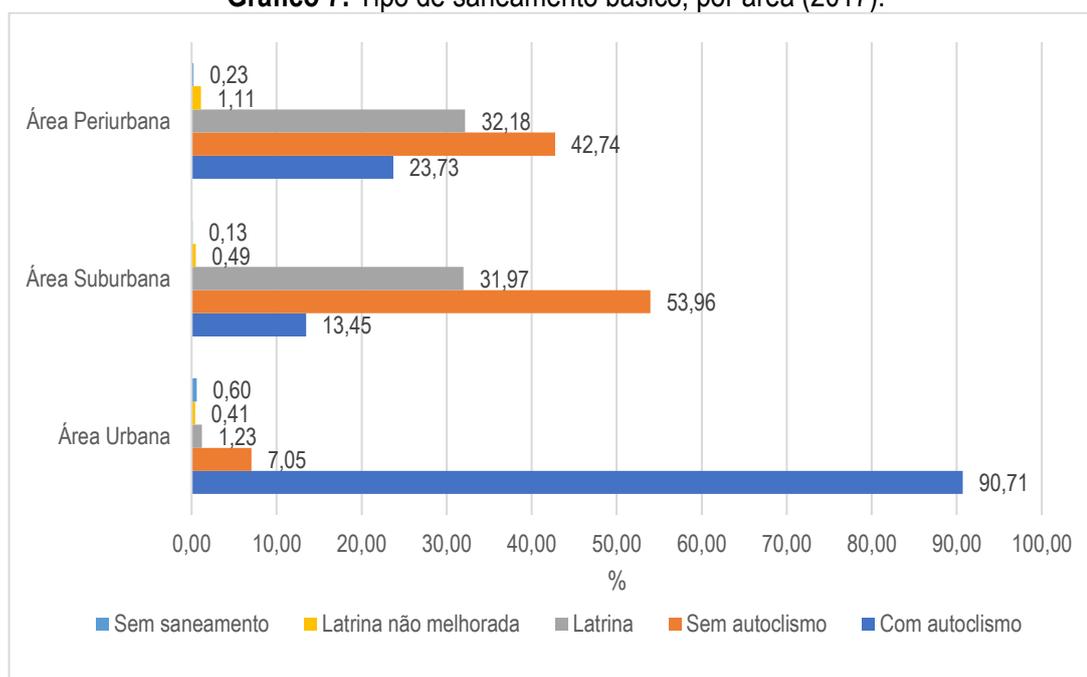


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INE (2019).

Acesso aos serviços de saneamento básico

O censo realizado em Moçambique procura conhecer as condições de saneamento básico, considerando se a família tem ou não uma retrete e qual o mecanismo utilizado para se desfazer dos dejetos humanos. Geralmente esta categoria de saneamento básico está relacionado com o tipo de habitação. A casa moderna implica na existência de uma retrete no interior da casa, com autoclismo ligado ao serviço de abastecimento de água encanada. O uso da latrina seria o tipo de saneamento básico ligado à palhota. A latrina é o tipo de saneamento básico característico da área rural. Contudo, encontra-se com muita frequência no espaço urbano moçambicano.

O trabalho desenvolvido por Araújo (1999) mostrou que a maior parte das habitações da cidade possuíam uma latrina (70,3%) e 4% não possuíam algum tipo de saneamento básico (sem latrinas ou sem retrete). Os dados do último censo apresentam uma evolução bastante significativa. O número de famílias que usam a latrina reduziu significativamente, estando abaixo dos 30% (Gráfico 7).

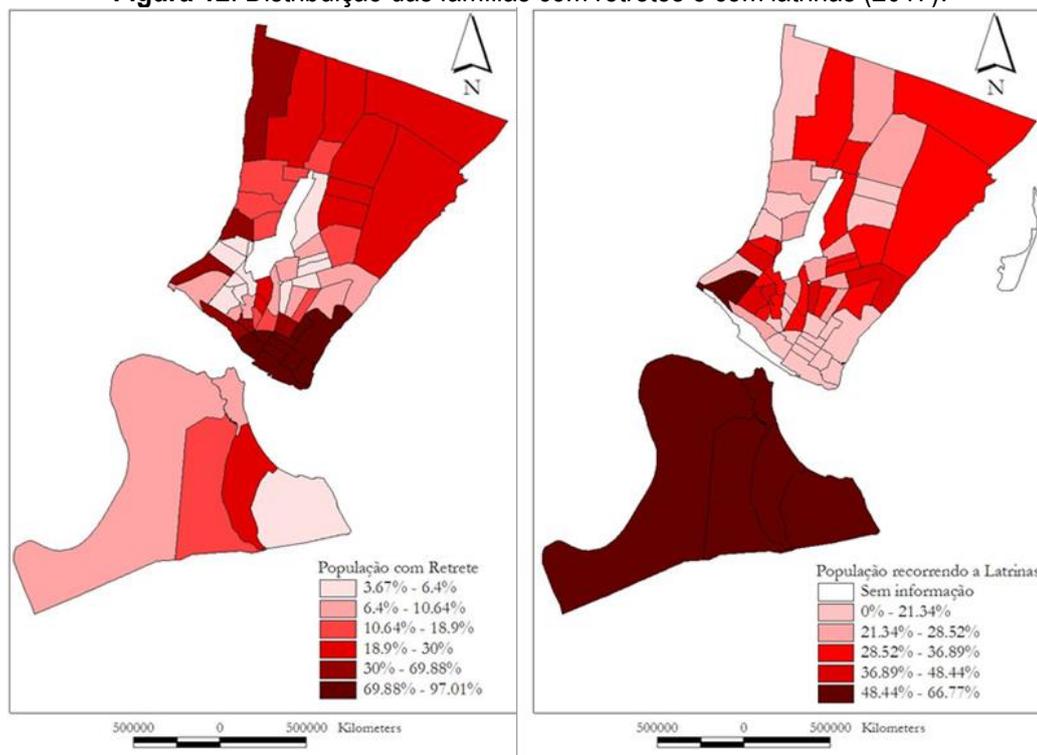
Gráfico 7: Tipo de saneamento básico, por área (2017).

Fonte: INE (2019).

As diferenças entre as três áreas são acentuadas, sendo que pouco mais de 90% das famílias residentes na área urbana se beneficiam de retrete com autoclismo. A área periurbana apresenta-se melhor que a suburbana, com perto de $\frac{1}{4}$ das famílias socorrendo a esse tipo de saneamento (Gráfico 7). É importante destacar que geralmente quando uma habitação tem retrete ligada ao autoclismo, então os dejetos descarregam no sistema de esgoto da cidade. O percentual relativamente maior de famílias com retrete que tem autoclismo na área periurbana está relacionado com os investimentos imobiliários que resultaram nas construções de condomínios para a classe média e alta. Percebe-se que existe uma relação entre possuir água encanada e possuir uma retrete ligada ao sistema de esgoto da cidade, como também a sua relação com o tipo de habitação.

O percentual de famílias que dispõe de retretes sem autoclismo é maior na área suburbana. Este tipo de saneamento é aquele em que o sanitário está ligado a uma fossa séptica, mas funcionando sem uma ligação a água encanada, ou seja, recorre-se a um balde ou a uma bacia de água. Ela também pode significar um estágio de melhoria das condições de saneamento básico, que é a transição da latrina para um sistema de latrina relativamente melhorado, mas que ainda necessita de uma ligação a água encanada. Frequentemente neste tipo de retrete o proprietário comprou uma sanita e a colocou sobre a laje da latrina, oferecendo uma certa comodidade no uso.

Figura 12: Distribuição das famílias com retretes e com latrinas (2017).

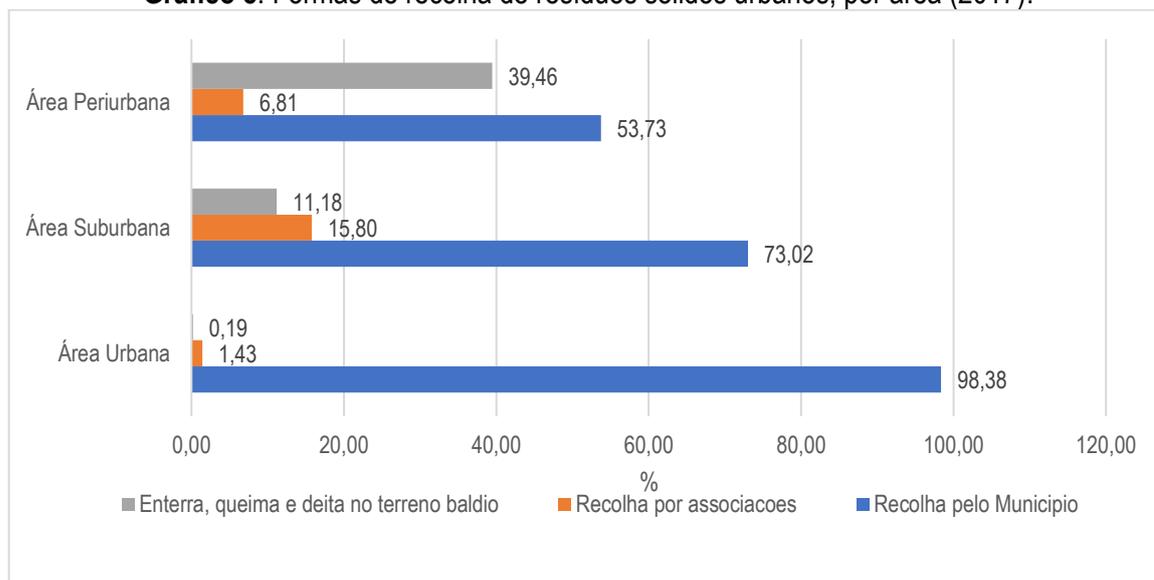


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INE (2019).

As latrinas ainda continuam a ser importantes nos bairros das áreas suburbanas e periurbanas. São 22 bairros que apresentam um percentual igual ou superior a 2/3 da sua população recorrendo a este tipo de saneamento (Figura 12). Neste grupo, estão presentes 8 bairros da área periurbana, sendo que os cinco (5) do distrito da KaTembe são os que apresentam os maiores percentuais, que variam de 55% a 67%. O único bairro da área suburbana que apresenta percentual acima dos 50% é Luís Cabral.

Acesso aos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos

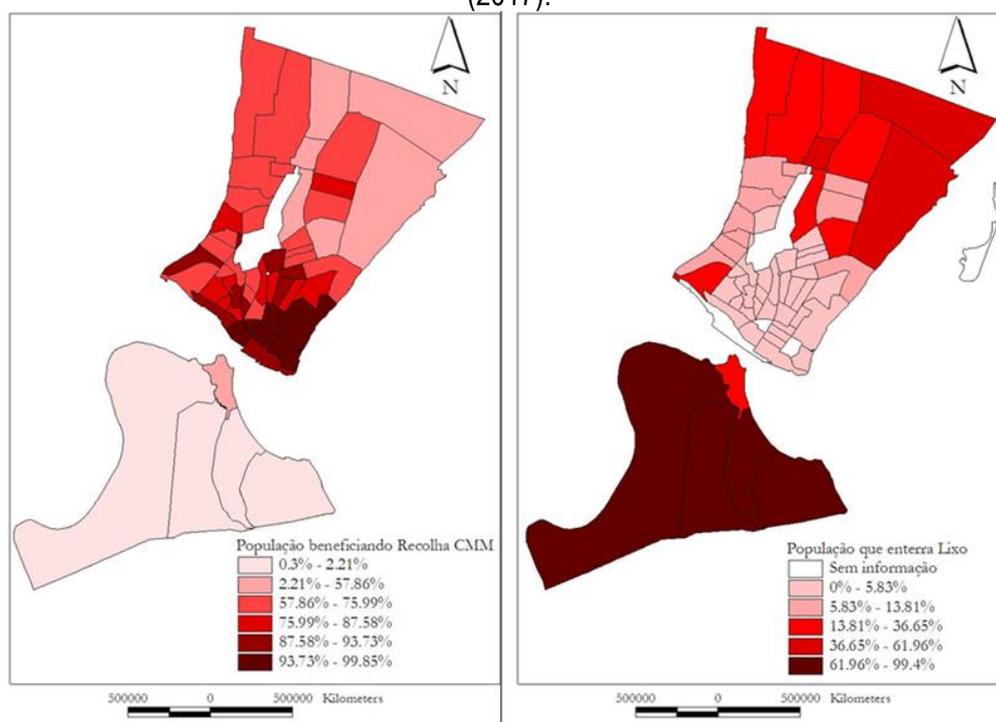
Os resíduos sólidos urbanos produzidos na área urbana são recolhidos na sua totalidade. A situação é preocupante nos bairros da área periurbana, onde apesar do serviço Municipal abarcar a cerca de 54% das famílias, a recorrência a formas de destinação consideradas não urbanas, como enterrar, queimar e deitar no terreno baldio, ainda é comum (Gráfico 8). Bairros como Inguide, Chali, Chamissava e Incassane, praticamente não são abrangidos pelos serviços do Conselho Municipal de Maputo (CMM) (Figura 10).

Gráfico 8: Formas de recolha de resíduos sólidos urbanos, por área (2017).

Fonte: INE (2019).

Os bairros da área suburbana, onde o processo de sua ocupação não foi planejado, e as condições das vias de acesso impedem que o serviço municipal alcance a todas as famílias, o CMM optou por incentivar associações ou pequenas empresas privadas para a recolha dos resíduos sólidos. Estas entidades assinam um contrato com o CMM para a prestação do serviço. Usualmente, o trabalho destas entidades é a recolha primária do resíduo, ou seja, vão ao domicílio para recolher e depois depositar nos contentores localizados nas ruas principais ou nas extremidades do bairro. A recolha dos resíduos nos contentores é da responsabilidade do CMM, através das grandes empresas contratadas para o efeito. Dos 14 bairros que apresentaram, pelo menos 20% das famílias declarando que o serviço era prestado por associações, apenas um (1) localiza-se na área periurbana (Guachene). Em nove (9) dos 14 bairros, a cobertura destas entidades abrange a mais de $\frac{1}{4}$ das famílias.

Figura 13: Distribuição das famílias beneficiárias dos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos (2017).

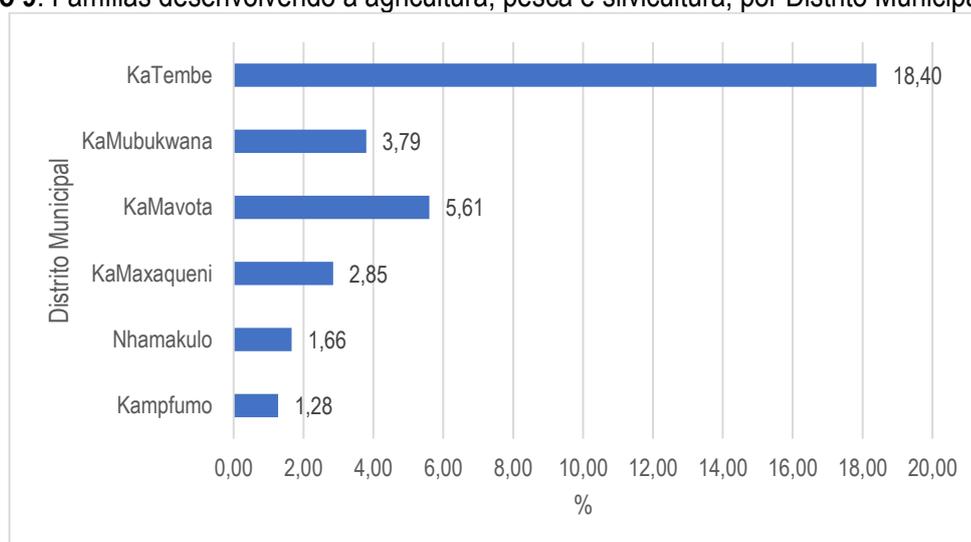


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INE (2019).

A agricultura na cidade de Maputo

A cidade de Maputo possui algumas áreas para a prática da agricultura, geralmente designadas de cinturão verde da cidade. Muitas vezes a agricultura é desenvolvida por associações, algumas delas localizadas no vale do infulene. O vale do infulene localiza-se no limite entre a Cidade de Maputo e a Cidade da Matola. É uma área que alberga várias associações que desenvolvem a agricultura, cujo principal propósito é colocar a produção nos mercados das duas cidades (Maputo e Matola). O estudo desenvolvido por Araújo (1999) identificou os bairros do Zimpeto, Magoanine, Albazine e os bairros do distrito da KaTembe como bairros onde se desenvolviam as atividades agrícolas.

Com o avanço da ocupação dos bairros por residências, os espaços de cultivo têm reduzido significativamente. A área do infulene continua a ser o espaço privilegiado para o desenvolvimento da agricultura. Contudo, para as restantes áreas, onde a existência de espaços não ocupados por habitações era tomada pela agricultura, observa-se que as mesmas vão desaparecendo, dando lugar a implantação de residências. O censo de 2017 indica que há cerca de 4,4% de famílias que indicaram terem na agricultura a sua principal atividade. O distrito KaTembe é o que apresenta um percentual significativo de famílias a desenvolverem a agricultura (18,4%). O distrito de KaMavota, apesar de muito distante do percentual registado na KaTembe, exhibe cerca de 5,6% (Gráfico 9).

Gráfico 9: Famílias desenvolvendo a agricultura, pesca e silvicultura, por Distrito Municipal (2017).

Fonte: INE (2019).

É importante destacar que os dados do censo identificam a principal atividade do chefe da família, o que não significa que a atividade seja desenvolvida no bairro. Estudos desenvolvidos por Negrão (2002) e Matos (2021) indicam que as famílias urbanas, principalmente as residentes nas áreas periurbanas, por possuírem quintais (devido ao tipo de habitação), desenvolvem pequenas hortas, permitindo apoiar o agregado familiar a dispensar a recorrência aos mercados. Para as famílias mais carenciadas, o produto das hortas é colocado no mercado local e funciona como uma atividade de subsistência.

MAPUTO, 20 ANOS DEPOIS

A base utilizada por Araújo (1999 e 2003) para a construção do modelo de organização dos espaços urbanos moçambicanos é fortemente influenciada pela forma e conteúdo. Estes foram condicionados pela dinâmica histórica, em que a construção de cidade visava atender aos interesses de uma determinada classe, reproduzindo modelos ocidentais de cidade. Como qualquer cidade do mundo, o poder de atração da população é a sua característica, o que impulsionou a migração da população moçambicana para a cidade. Como não podiam residir na cidade, mas desempenhavam um papel fundamental para a vida na cidade, os migrantes nativos passaram a ocupar as áreas adjacentes à cidade, criando uma forma, com seus próprios conteúdos.

Os anos de 1950, sob domínio colonial português, associados à luta pela legitimação dos territórios africanos como sendo a extensão de Portugal, a cidade era apenas a forma e o conteúdo Ocidental. A forma funcionava como um arranjo socioespacial segregador. O arranjo era carregado de

valor social, produto da estrutura social do período colonial. A cidade, como um produto social, emanava valores do seu tempo, transformando-se numa barreira física e socioeconômica para os nativos. Os conteúdos, principalmente os objetos artificiais, (re)produziam a cidade Ocidental, deslocada para um espaço distante, mas respondendo aos propósitos do seu tempo.

Para Santos (2012, p.73), “a sociedade estabelece os valores de diferentes objetos geográficos, e os valores variam segundo a estrutura socioeconômica específica dessa sociedade”. Isto influenciou na criação do arranjo socioespacial destinado aos privilegiados, a partir da construção social de que a cidade é para um grupo seletivo e os indígenas deveriam viver em espaços imediatamente a seguir, para prestar os serviços necessários à vida na cidade.

Esta forma de ver a cidade durou até ao alcance da independência, quando o novo período forjou a incorporação do arranjo socioespacial dos nativos à cidade. Formalmente a cidade aparece como a junção dos dois tipos de arranjos socioespaciais diferentes, mas complementares. A cidade colonial assume novas funções, sobre as rugosidades existentes. Havendo dificuldades de alterar os objetos artificiais desta cidade, mudam-se os seus atores. O arranjo socioespacial adjacente, com conteúdo local, se configura como uma possibilidade de se tornar numa nova cidade.

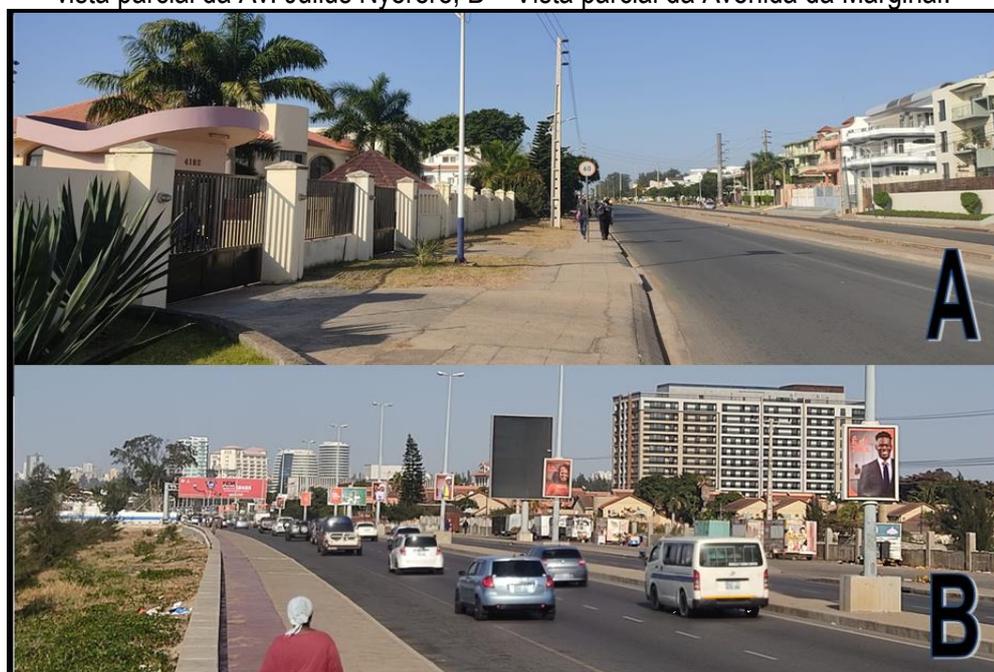
Os novos sujeitos produtores da cidade esgrimem-se para produzir um espaço uno e justo socioespacialmente. As tentativas chocam com a organização do espaço que permanece capitalista. O rápido crescimento da população urbana, associado à incapacidade (técnica e financeira) do Estado para realizar as transformações necessárias, é igualmente uma barreira para o alcance das mudanças necessárias. Para responder aos objetivos de um desenvolvimento planejado, com possibilidades de construir cidades do futuro, os atores incorporam mais um arranjo socioespacial (condensado de objetos naturais).

Assim, a cidade de Maputo configurou-se como um espaço que congregava três arranjos socioespaciais diferentes, mas comunicantes e complementares. Eles representam um processo de valorização diferenciada de cada uma das áreas. Inicialmente, viver na cidade colonial significava um *upgrade*, pois representava os valores de uma sociedade urbana Ocidental. Era a cidade que reunia os objetos do mundo Ocidental. O segundo arranjo socioespacial refletia a capacidade de (r)existência das famílias moçambicanas, que durante o período colonial encontraram na produção do espaço uma forma de se (re)produzirem, a partir das práticas e do conhecimento local. É o espaço das transformações lentas, em função da capacidade das famílias carentes de se (re)inventarem. O terceiro arranjo socioespacial é o espaço da esperança. Surge como uma possibilidade. Inicialmente como um espaço de agricultores. Atualmente como o espaço para a implantação do modelo de cidade que se pretende.

Esta visão de cidade, que nos foi apresentada por Araújo (1999 e 2003), e apropriada por vários pesquisadores moçambicanos, parece não mais refletir a realidade da cidade de Maputo. Os dados dos censos vêm apresentando dinâmicas importantes, muitas delas concorrendo para o desaparecimento dos objetos que durante muito tempo diferenciaram as três realidades, nomeadamente: (i) madeira e zinco e (ii) os espaços agrícolas com casas de palhotas e uma ocupação dispersa. O primeiro ligado à área suburbana e o segundo à periurbana. O cenário atual parece estar a apresentar uma realidade em que a cidade colonial se expande de uma forma descontínua, muito em função da “volatilidade” das áreas em aceitar ou resistir à sua entrada.

Enquanto os objetos Ocidentais se expandem para a periferia, reproduzindo-se em alguns bairros da área periurbana e suburbana, como Zimpeto, Costa do Sol, Albazine e Polana Caniço A, os objetos locais se consolidam como uma forma de (re)produzir e viver a cidade. A cidade Ocidental, condensada dos objetos artificiais, remanescentes do período histórico colonial, consolida-se no espaço. Contudo, está aberto a convivência com os objetos novos e ajusta-se ao novo contexto histórico. São exemplos os novos abjetos que vão “pipocando” na cidade de cimento, configurando uma nova paisagem, que permite ao país ingressar na lógica do atual sistema capitalista.

Figura 14: Projeção da cidade Ocidental sobre a periferia, produzindo novas formas de exclusão. A – vista parcial da Av. Julius Nyerere; B – Vista parcial da Avenida da Marginal.



Fonte: O autor.

Esta cidade Ocidental, que é o primeiro espaço, não mais se conforma com o espaço conquistado no período colonial. Ela se projeta na periferia. A valorização de algumas áreas dos dois arranjos socioespaciais (da periferia) vai permitindo que este modelo de cidade se implante na periferia, (re)produzindo uma forma nova, estranha ao local. Esta forma nova de expansão dos objetos Ocidentais se estrutura em formas de ilhas (vila olímpica e condomínio do Zimpeto no bairro do Zimpeto, bairro dos militares em Albazine, casa jovem e área de Mapulene no bairro Costa do Sol, etc) ou se expande a partir das avenidas mais importantes, como a Julius Nyerere e a Marginal (Figura 14).

O segundo espaço, é o espaço da resistência. É o espaço da reprodução de formas alternativas de viver a cidade. Este espaço congutina as áreas suburbanas e periurbanas. Analisando os resultados dos indicadores de urbanidade definidos por Araújo, constata-se que os dados do censo não mais apresentam diferenças substanciais entre as duas áreas. As diferenças que são verificadas refletem o modelo de urbanização em que a cidade Ocidental se espraia nas duas áreas, no padrão anteriormente descrito. Como as áreas (urbana, suburbana e periurbana) foram definidas em função das características marcantes da história de urbanização (tendo como base os bairros), consta-se que o atual modelo de expansão da forma Ocidental vai impondo mudanças significativas nas duas áreas, distorcendo a sua realidade. Essa tendência explica a situação das famílias com acesso a água encanada, com retrete e vivendo em flat/apartamentos que aumentou significativamente em bairros de baixa densidade ocupacional em 1997, principalmente localizados na área periurbana.

Igualmente, formas alternativas de viver a cidade se aperfeiçoam (no segundo espaço), em função das (r)existências dos habitantes mais carenciados. Não sendo possível construir o modelo de cidade Ocidental para este grupo, alternativas vão sendo (re)desenhadas e (re)inventadas, permitindo que as famílias sobrevivam numa cidade que é fortemente excludente. A oferta dos serviços que necessitam de uma forma de organização do espaço mais próxima do modelo de cidade Ocidental marginaliza grande parte das famílias. Porém, formas alternativas de reivindicação à cidade são encontradas, como: (i) construir latrinas ou mesmo implantar uma sanita sobre a laje da latrina, para construir a ilusão de ter uma retrete com autoclismo; (ii) recorrer a torneira do vizinho ou mesmo canalizar a água até a um ponto do quintal, produzindo a ilusão de ter a água encanada; (iii) construir uma casa básica para permitir que a família tenha, no mínimo, onde dormir e onde “assistir a TV”, criando a sensação de ter melhorado a sua condição de vida, aproximando-se mais do ideal de habitação.

Estas são formas alternativas de viver a cidade em Maputo, que se distanciam do ideal de uma cidade Ocidental. São opções que levam Matos (2021) a balbuciar a possibilidade desses arranjos socioespaciais estarem a (re)produzir o modelo de cidade moçambicana, que não pode mais ser avaliado

pelos critérios da cidade Ocidental, que carregam o peso histórico. Sendo um processo de construção de cidade que se caracterizou, desde o início, como excludente, condicionando os processos seguintes, as opções de produção da cidade de Maputo demonstram como as famílias carenciadas, que devido a sua localização, associado à sua condição económica, (re)inventam formas singulares de resistir aos movimentos de exclusão, lutando à sua maneira, pelo direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. G. M. A cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural. **Finisterra**, 34(67/68), Lisboa, p.175-190, 1999.
- ARAÚJO, M. G. M. Ruralidades-urbanidades em Moçambique: conceitos ou preconceitos. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. I Série. vol. 18, Porto, p.5-11, 2002.
- ARAÚJO, M. G. M. Os Espaços Urbanos em Moçambique. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 7, n. 2, São Paulo, p. 165-182, 2003.
- BAIA, A. H. M. Os meandros da urbanização em Moçambique. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 15, n. 2, São Paulo, p. 3-30, 2011.
- FERNANDES, A. S.; NASCIMENTO, A. O “Direito à Cidade” nos PALOP: décadas de expansão urbana, de políticas e ações sociais. Notas para uma investigação. **Cadernos de Estudos Africanos**. 35, Lisboa, p.109-132, 2018.
- GINISTRY, K. **Serviços urbanos e justiça espacial em Maputo**. 1ª ed. Maputo: AFROMO-CHS, 2020.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. **II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997**: Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 1999.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. **III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007**: Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 2010.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017 – Manual do Recenseador**. Documento nº 6. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas. 2017.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017**: Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 2019.
- JORGE, S.; MELO, V. Processos e dinâmicas de intervenção no espaço peri-urbano: o caso de Maputo. **Cadernos de Estudos Africanos**. 27. Lisboa, p. 55-77, 2014.
- MALOA, J. M. Periferias urbanas moçambicanas e a sua nova paisagem. **e-cadernos CES (online)**, 36. Coimbra, p.149-164, 2021.
- MALOA, J. M.; NASCIMENTO JÚNIOR, L. A dispersão urbana em Moçambique: uma contribuição ao estudo da produção do espaço urbano em Maputo. **RAEGA – O espaço geográfico em análise**. v.45, n. 1, Curitiba, p. 91-109, 2018.
- MATOS, E. A. C. de. Cidade e urbano em Moçambique: uma reflexão a partir dos espaços urbanos da província da Zambézia. **Revista Humanidades e Inovação**. V.8. n.46, Palmas, p. 107-121, 2021.
- MELO, V. P. Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro. **Revista Brasileira de Gestão Urbano (Brazilian Journal of Urban Management)**, v. 5, n, 1, Curitiba, p.77-88, 2013.

NEGRÃO, J. A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres (2002). In: NEGRÃO, José (Colect.). **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008. p.151-163.

OPPENHEIMER, J.; RAPOSO, I. **A pobreza em Maputo**. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Departamento de Cooperação. 2002.

RAPOSO, I. S.; JORGE, S.; VIEGAS, Silvia; MELO, Vanessa. Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, v. 4, n, 2, Curitiba, p.189-2052012.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

VIANA, David Leite. Cidade africana – urbanismo (in)formal: uma abordagem integrada e sistémica. **7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos**. Lisboa, p. 1-17, 2010.